

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****3ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 8h às 18h  
Público << Campo excluído do banco de dados >>****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1001437-88.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução - Valor da Execução / Cálculo / Atualização**  
 Embargante: **Instituto Nacional do Seguro Social - Inss**  
 Embargado: **Ciumara Aparecida Soares Pereira**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Carlos Castilho Aguiar França**

Vistos.

O **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL** opôs embargos à execução fundada em título judicial que lhe move **CIUMARA APARECIDA SOARES PEREIRA**, arguindo excesso de cobrança.

A embargada concordou com o insurgimento.

**É o relatório.****Fundamento e deciso.**

Contemplada com auxílio-acidente de 50%, a embargada instaurou a etapa de cumprimento da sentença apurando renda mensal inicial de R\$ 362,00 e saldo de R\$ 33.388,90 atinente a prestações vencidas.

O INSS apurou igual renda mensal mas insurgiu-se contra a somatória das prestações vencidas, confessando dever R\$ 22.893,24, excesso verificada pela utilização equivocada, pela obreira, de índice inadequado de correção monetária e de excesso no valor dos juros moratórios aplicados, à base de 1% ao mês, quando deveria respeitar a Lei 11.960/2009.

Diante do exposto, **acolho os embargos** e reduzo o valor da execução para R\$ 24.622,97.

Requisite-se o pagamento diretamente à Previdência Social, pois de pequeno valor o montante devido.

P.R.I.

São Carlos, 13 de abril de 2015.

Carlos Castilho Aguiar França

Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**